



CONCURSO PÚBLICO - Edital N.º 001/2009 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA

REALIZAÇÃO DA PROVA OBJETIVA: 27 de Setembro de 2009

NÍVEL SUPERIOR

Cargo: MÉDICO AUDITOR (SECRETARIA DE SAÚDE)

Nome do Candidato: _____
Nº de Inscrição: _____

Assinatura

INSTRUÇÕES AO CANDIDATO

- Confira se a prova que você recebeu corresponde ao cargo/nível de escolaridade ao qual você está inscrito, conforme consta no seu cartão de inscrição e no cartão resposta. Caso contrário comunique imediatamente ao fiscal de sala.**
- Esta prova contém 30 questões objetivas, sendo 05 de Língua Portuguesa, 05 de Noções de Meio Ambiente, 05 de Legislação do SUS, 05 de Noções de Informática e 10 de Conhecimentos Específicos. Caso exista alguma falha de impressão, comunique imediatamente ao fiscal de sala. Na prova há espaço reservado para rascunho. Esta prova terá duração de 04 (quatro) horas, tendo seu início às 14:30h e término às 18:30h (horário local).**
- A resposta definitiva de cada questão deve ser obrigatoriamente, assinalada no CARTÃO RESPOSTA, considerando a numeração de 01 a 30.**
- Confira se seu nome, número de inscrição, cargo de opção e data de nascimento, consta na parte superior do CARTÃO RESPOSTA que você recebeu. Caso exista algum erro de impressão, comunique imediatamente ao fiscal de sala, a fim de que o fiscal registre na Ata de Sala a devida correção.**
- É obrigatório que você assine a LISTA DE PRESENÇA e o CARTÃO RESPOSTA do mesmo modo como está assinado no seu documento de identificação.**
- Utilize somente caneta esferográfica de tinta preta ou azul, pois não serão consideradas marcações a lápis no CARTÃO RESPOSTA. O CARTÃO RESPOSTA é o único documento válido para o processamento de suas respostas.**
- A maneira correta de marcar as respostas no CARTÃO RESPOSTA é cobrir totalmente o espaço correspondente à letra a ser assinalada, conforme o exemplo constante no CARTÃO RESPOSTA.**
- Em hipótese alguma haverá substituição do cartão resposta por erro do candidato. O cartão resposta só será substituído se for constatada falha de impressão.**
- O candidato deverá permanecer, obrigatoriamente, na sala de realização da prova por, no mínimo, uma hora após o início da mesma. A inobservância acarretará a eliminação do concurso.**
- O candidato deverá devolver no final da prova, o cartão-resposta e o boletim de questões, recebidos.**
- Será automaticamente eliminado do concurso público da Prefeitura Municipal de Conceição do Araguaia, o candidato que durante a realização da prova descumprir os procedimentos definidos no Edital nº 001/2009.**

LÍNGUA PORTUGUESA

ASSINALE A ÚNICA ALTERNATIVA QUE COMPLETA CORRETAMENTE AS QUESTÕES DE 01 A 05.

1 Infância abandonada

A UNICEF acaba de apresentar estatísticas sobre a situação da infância no Brasil que reforçam um quadro alarmante de falta de atenção ao menor. O primeiro desses dados, baseado na Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNAD), do IBGE, mostra que quase 240 mil jovens com menos de 18 anos são hoje chefes de família. Em outras palavras, são adolescentes – que pela



lei ainda não podem ser responsabilizados por seus atos – com atribuições como sustentar uma casa ou mesmo criar filhos. Essas crianças com papéis de adultos em quase sua totalidade deixaram a escola mais cedo (ou nem chegaram a frequentá-la), tentaram se colocar no mercado de trabalho antes do tempo, engravidaram sem planejamento, foram abandonadas nas ruas ou assumiram a guarda de irmãos mais novos. Em todas as circunstâncias, são vítimas do descaso, da pobreza e de uma situação de completa falta de assistência do Estado. A UNICEF avança sobre essa premissa, mostrando que no País o Índice de Desenvolvimento Infantil está abaixo da média mundial e muito longe daquele verificado em nações desenvolvidas. Esse índice leva em consideração o percentual de crianças com pais e mães, a quantidade das que estão com as vacinas em dia, o grau de escolaridade e a taxa de mortalidade infantil. Nesses dois últimos aspectos, os números brasileiros revelam um desempenho lamentável. Em dez Estados brasileiros, a taxa de mortalidade entre crianças com até cinco anos supera a faixa de 30 por mil nascidos vivos. No Pará, a estatística é de absoluto descalabro: 10,4% das mortes de crianças com menos de um ano ocorrem por causas desconhecidas. No Acre e em Alagoas, a mortalidade infantil alcança 41,3 crianças por mil nascidos vivos. No campo da educação, a defasagem entre o Norte e o Sul do País fica evidente. A UNICEF aponta que quase 13% das crianças com 10 anos de idade não sabem ler. Número que cai para 1,2% no Sul do Brasil. No geral, apenas 64% das crianças brasileiras que entram na escola terminam o ensino médio. O resto fica pelo caminho. Se faz urgente uma reversão dessa situação. Afinal, que futuro o Brasil está planejando, se não cuida daqueles que vão dirigi-lo lá na frente?

Carlos José Marques

<http://www.terra.com.br/istoe/edicoes/2066/artigo141436-1.htm>

01. O cerne da denúncia feita por Carlos José Marques reside no(na)

- (A) falta de investimento em saúde no Brasil.
- (B) alto índice de analfabetismo entre as crianças brasileiras.
- (C) descaso do governo com crianças e adolescentes brasileiros.
- (D) desnível existente entre nações desenvolvidas e não desenvolvidas.

02. O autor do texto manifesta a necessidade de se combater o problema por ele apontado na seguinte passagem do texto:

- (A) “A UNICEF aponta que quase 13% das crianças com 10 anos de idade não sabem ler. Número que cai para 1,2% no Sul do Brasil” (linhas 31-33).
- (B) “No Pará, a estatística é de absoluto descalabro: 10,4% das mortes de crianças com menos de um ano ocorrem por causas desconhecidas” (linhas 28-29).
- (C) “Se faz urgente uma reversão dessa situação. Afinal, que futuro o Brasil está planejando, se não cuida daqueles que vão dirigi-lo lá na frente?” (linhas 35-36).
- (D) “A UNICEF avança sobre essa premissa, mostrando que no País o Índice de Desenvolvimento Infantil está abaixo da média mundial e muito longe daquele verificado em nações desenvolvidas” (linhas 20-22).

03. Quanto às relações de retomada, é **incorreto** afirmar que

- (A) o pronome “que” refere-se a “adolescentes”, em “que pela lei ainda não podem ser responsabilizados por seus atos” (linhas 11-13).
- (B) “daqueles” reporta-se a “atuais governantes”, em “Afinal, que futuro o Brasil está planejando, se não cuida **daqueles** que vão dirigi-lo lá na frente” (linhas 35-36).
- (C) a forma “das” retoma “crianças”, em “Esse índice leva em consideração o percentual de crianças com pais e mães, a quantidade **das** que estão com as vacinas em dia” (linhas 22-24).
- (D) o relativo “que” refere-se a “estatísticas”, em “A UNICEF acaba de apresentar estatísticas sobre a situação da infância no Brasil **que** reforçam um quadro alarmante de falta de atenção ao menor” (linhas 1-5).

04. No trecho “Em outras palavras, são adolescentes – que pela lei ainda não podem ser responsabilizados por seus atos – com atribuições como sustentar uma casa ou mesmo criar filhos” (linhas 10-14), a locução grifada tem a função de

- (A) retomar e reformular a informação anterior.
- (B) acrescentar um elemento decisivo à argumentação do autor.
- (C) introduzir uma informação de pouca importância para a questão levantada.
- (D) assinalar uma estratégia concessiva por meio da qual o autor introduz novas informações.

05. Há características de **ofício** em

- (A) “Impossível enviar documentação VG motivo atraso pagamento mensalidade PT. Favor enviar recibo assinado urgente PT”.
- (B) “Ilmo Senhor Diretor da E. E. XYZ,
Solicitamos a V.S.^a permissão para utilizar, nos dias 14 e 15 deste mês, o ginásio de esportes de sua escola para a realização de uma campanha de doação de alimentos a crianças carentes. Certos de merecer sua atenção, subscrevemo-nos, atenciosamente”.
- (C) “Cláudia de Oliveira Melo, que atualmente ocupa o cargo de secretária, com exercício no Departamento de Ensino Médio, requer a V.S.^a se digne conceder-lhe auxílio-doença nos termos do artigo 143, do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União”.
- (D) “Sueli Martins Silva, portadora do RG n.º....., residente e domiciliada à Tv. RXP, n.º 92, nesta cidade, é estudante deste estabelecimento de ensino, cursando atualmente o 3.º ano do Ensino Médio”.

NOÇÕES SOBRE MEIO AMBIENTE

06. O Sistema Nacional de Meio ambiente, estruturado pela Lei 6.938, de 31 de agosto de 1981, tem o Conselho Nacional de Meio Ambiente como

- (A) órgão central.
- (B) órgão superior.
- (C) órgão executor.
- (D) órgão consultivo e deliberativo.

07. No estado do Pará, as licenças ambientais serão expedidas por tempo certo, a ser determinado pelo órgão ambiental, não podendo em nenhum caso ser superior a

- (A) 1 (um) ano.
- (B) 4 (quatro) anos.
- (C) 5 (cinco) anos.
- (D) 10 (dez) anos.

08. É instrumento da Política Nacional de Recursos Hídricos:

- (A) O zoneamento ambiental.
- (B) A compensação a municípios.
- (C) A avaliação de impactos ambientais.
- (D) O licenciamento e a revisão de atividades efetivas ou potencialmente poluidoras.

09. As águas salinas classe 2 podem ser destinadas

- (A) à proteção das comunidades aquáticas.
- (B) à recreação de contato primário.
- (C) à recreação de contato secundário.
- (D) ao abastecimento para consumo humano, após tratamento convencional.

10. O lançamento de efluentes em águas de classe especial

- (A) é vedado.
- (B) deverá atender as condições e padrões de lançamento de efluentes.
- (C) observará as metas progressivas obrigatórias, intermediárias e finais.
- (D) não deverá ocasionar a ultrapassagem das condições e padrões de qualidade de água.

LEGISLAÇÃO DO SUS

11. Segundo a Constituição Federativa do Brasil de 1988 o Sistema Único de Saúde, além de outras atribuições, tem por competência:

- (A) Executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica, bem como as de saúde do trabalhador.
- (B) Ordenar a formação de recursos humanos na área de saúde.
- (C) Fiscalizar e inspecionar o tráfego dos portos e aeroportos.
- (D) Somente as letras 'a' e 'b' estão corretas.

12. Os municípios, para receberem os recursos de que trata o Art.3º, da Lei 8.142, de 28 de Dezembro de 1990, deverão contar, dentre outros, com:

- (A) Fundo de amparo ao trabalhador e relatório de gestão.
- (B) Fundo de Saúde, Conselho Municipal, Plano Privado e Comissão de elaboração do Plano de Carreira, Cargos e Salários (PCCS).
- (C) Fundo de Saúde, Conselho de Saúde, Plano de Saúde e Relatórios de Gestão.
- (D) Fundo de Amparo ao Trabalhador e Plano de Carreira, Cargos e salários (PCCS).

- 13.** A Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990, estabelecendo a Organização, Direção e Gestão do Sistema Único de Saúde (SUS), assevera que
- (A) as ações e serviços de saúde executados serão organizados de forma nacional e hierarquizada em níveis de complexidade crescente com direção descentralizada.
 - (B) os municípios exercerão sua competência em sua esfera por meio do Prefeito, podendo constituir consórcios desenvolvendo conjunto de ações e organizar distritos de forma a integrar e articular recursos.
 - (C) As ações e serviços de saúde, executados pelo Sistema Único de Saúde (SUS) serão desenvolvidas diretamente ou mediante a participação complementar da iniciativa privada.
 - (D) A direção do Sistema Único de Saúde (SUS) é única, ou seja, sendo exercida exclusivamente pelo Ministério da Saúde.
- 14.** Compete, no Sistema Único de Saúde (SUS), à
- (A) Direção Estadual acompanhar, controlar e avaliar as ações e os serviços de saúde, independentemente da competência municipal.
 - (B) Direção municipal colaborar na fiscalização das agressões ao meio ambiente que tenham repercussão sobre a saúde humana e atuar no controle junto aos órgãos municipais, estaduais e federais competentes.
 - (C) Direção nacional promover a descentralização dos serviços e das ações de saúde para os Estados.
 - (D) As três assertivas estão corretas.
- 15.** Sobre o financiamento de recursos para o Sistema Único de Saúde (SUS) é correto afirmar:
- (A) As receitas geradas no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) serão creditadas diretamente em contas especiais a serem movimentadas pela direção nacional.
 - (B) O orçamento da seguridade social destinará ao Sistema Único de Saúde (SUS) de acordo com a receita estimada, independente da Lei de Diretrizes Orçamentárias, os recursos necessários à realização de suas finalidades.
 - (C) Outras fontes de recursos serão destinadas ao Sistema Único de Saúde (SUS), tais como ajuda, contribuições, doações e donativos, alienações de capital e rendimentos de capital.
 - (D) As atividades de pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico em saúde serão financiadas por recursos exclusivos do Sistema Único de Saúde (SUS).

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

- 16.** Quando um usuário exclui um arquivo ou pasta, e logo após desiste dessa ação, será necessário pressionar as teclas _____ para recuperar e recolocar no local de origem, o arquivo ou pasta, antes da exclusão.
- (A) CTRL + K.
 - (B) CTRL + T.
 - (C) CTRL + Z.
 - (D) CTRL + N.
- 17.** A janela “Painel de Controle” do Windows XP **não** fornece opção para
- (A) adicionar ou remover programas.
 - (B) configurar o teclado e o mouse.
 - (C) gerenciar dispositivos.
 - (D) gerenciar bancos de dados.
- 18.** A opção “comentários” permite ao usuário mostrar um comentário em uma determinada célula numa planilha no Microsoft Excel 2003, esta opção pertence ao menu:
- (A) Arquivo.
 - (B) Dados.
 - (C) Exibir.
 - (D) Editar.
- 19.** No Microsoft Word 2003, a janela “Salvar Como” permite ao usuário salvar um documento utilizando um dos tipos abaixo, exceto:
- (A) Formato Executável (*.exe; *.com).
 - (B) Página da Web (*.htm; *html).
 - (C) Modelo de documento (*.dot).
 - (D) Formato Rich Text (*.rtf)

20. O ato de transferir arquivos do computador de um usuário para a Web é denominado:
- (A) Download.
 - (B) Upload.
 - (C) NumLoad.
 - (D) EndLoad.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. De acordo com o Manual SIH – SUS, a Autorização de Internação Hospitalar (AIH) garante internamento dos pacientes nas unidades do SUS

- (A) em apartamento.
- (B) em enfermaria e gratuidade total da assistência prestada.
- (C) em enfermaria com complementaridade do valor da acomodação.
- (D) em apartamento com complementaridade do valor da assistência prestada.

22. Foram definidas no Programa Nacional de Avaliação dos Serviços de Saúde (PNASS) quatro dimensões avaliativas sendo uma delas o Roteiro de Padrões de Conformidade. Para esta dimensão, foram definidos critérios divididos em blocos, sendo os Serviços Auxiliares de Diagnose e Terapia (SADT) critérios do bloco

- (A) Gestão da Atenção à Saúde.
- (B) Gestão Organizacional.
- (C) Apoio Técnico e Logístico.
- (D) Gestão Organizacional da Atenção à Saúde.

23. Conceitua-se como taxa de prevalência de hipertensão arterial o percentual estimado de indivíduos

- (A) de 25 anos ou mais com diagnóstico de hipertensão arterial, residentes em determinado espaço geográfico, no período considerado.
- (B) de 40 anos ou mais com diagnóstico de hipertensão arterial, residentes em determinado espaço geográfico, no período considerado.
- (C) de 30 anos ou mais com diagnóstico de hipertensão arterial, residentes em determinado espaço geográfico, no período considerado.
- (D) de 45 anos ou mais com diagnóstico de hipertensão arterial, residentes em determinado espaço geográfico, no período considerado.

24. O laudo médico para emissão de AIH é o instrumento para solicitação de internação do paciente em hospitais integrantes do SIH – SUS. O laudo médico para solicitação de procedimentos especiais deve ser preenchido pelo médico assistente e deve ser autorizado

- (A) pelo diretor clínico.
- (B) pelo diretor clínico ou pelo órgão gestor, a critério deste.
- (C) pelo órgão gestor.
- (D) pelo próprio médico assistente.

25. Segundo o Código de Ética,

- (A) é vedado ao médico alterar prescrição ou tratamento do paciente, determinado por outro médico, mesmo quando investido em função de chefia ou auditoria, salvo em situação de indiscutível conveniência para o paciente, devendo comunicar imediatamente o fato ao médico responsável.
- (B) é direito do médico auditor ou perito intervir nos atos profissionais de outro médico ou fazer apreciação em presença do examinado.
- (C) é direito do médico utilizar-se de sua posição hierárquica para impedir que seus subordinados atuem dentro dos princípios éticos.
- (D) o médico deve ter, para com os colegas, respeito, consideração e solidariedade e eximir-se de denunciar atos que contrariem os postulados éticos à Comissão de Ética da instituição em que exerce seu trabalho profissional.

26. Em um Processo Ético-Profissional a citação e notificações serão feitas às partes e aos seus advogados:

- (A) por telefone
- (B) por carta simples
- (C) por carta registrada, com aviso de recebimento
- (D) por e-mail

- 27.** No andamento da auditoria deve ser estendido para 100% o percentual da amostragem de AIH quando, no universo que está sendo analisado, for verificada incidência de irregularidades superior a
- (A) 20%.
 - (B) 40%.
 - (C) 10%.
 - (D) 30%.
- 28.** A Portaria nº 98, de 28 de março de 2000 estabelece que o SGAIH (Sistema Gerencial de Autorização de Internação Hospitalar) listará as AIH com homônimos e conterà a função de autorização pelos auditores credenciados pelos gestores do SUS. Considera-se como homônimos os pacientes
- (A) com a mesma idade .
 - (B) com a mesma patologia.
 - (C) com o mesmo endereço.
 - (D) com a mesma identificação.
- 29.** No Brasil, segundo a Constituição Federal de 1988, as ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada, constituindo um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes:
- (A) I - atendimento integral com prioridade para as atividades preventivas;
II - participação da comunidade.
 - (B) I - descentralização com direção única em cada esfera de governo;
II- atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais.
 - (C) I - descentralização com direção única em cada esfera de governo;
II- atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais;
III - participação da comunidade.
 - (D) I - descentralização com direção única em cada esfera de governo;
II – participação da comunidade.
- 30.** A Resolução CFM nº 1.821/07 estabelece, para a preservação dos prontuários dos pacientes em suporte de papel, que não foram arquivados eletronicamente em meio óptico, microfilmado ou digitalizado, o prazo mínimo de
- (A) 20 anos a partir do primeiro registro.
 - (B) 15 anos a partir do último registro.
 - (C) 10 anos a partir do último registro.
 - (D) 20 (vinte) anos a partir do último registro.